

RELATÓRIO 1756/2018
AVALIADO EM : 15/08/2018

Em Cumprimento ao disposto nos art. 153 e 157 do Regimento Interno e ao que determina o art. 48 e 48-a da LC 101/00 e Decreto nº 7.185/10, apresenta-se o relatório de avaliação do Portal da Transparência.

IDENTIFICAÇÃO DO JURISDICIONADO				
Processo	508			
Natureza	Acompanhamento de Gestão Fiscal			
Exercício Financeiro	2018			
Jurisdicionado	GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BREJO			
Responsável	JOSE FARIAS DE CASTRO			
Relator	Raimundo Oliveira Filho			
DADO DA PESQUISA				
SITE	http://www.brejo.ma.gov.br/			
DATA	15/08/2018			
DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA				
Item	Critério	Situação		
		Sim	Não	NA
DADOS GERAIS				
1	Existência do Site Eletrônico	X		
2	Nome oficial (www.nomedomunicípio.ma.gov.br)	X		
3	Tempestividade	X		
4	Disponibilização da Informação por meio de Sistema	X		
5	Disponibilização dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA)	X		
6	Disponibilização dos relatórios de gestão fiscal (RREO e RGF)	X		
7	Compatibilidade entre os dados da execução orçamentária disponibilizados no Portal da Transparência e os Relatórios da Gestão Fiscal (RREO e RGF) encaminhados ao FINGER	X		
QUANTO À DESPESA, CONSTA(M):(Decreto nº 7.185/10)				
8	O valor do empenho, liquidação e pagamento?(art. 48 da LRF 01/00)	X		

9	O número do correspondente processo da execução, quando for o caso ?			X
10	A classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto ?	X		
11	A pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários?	X		
12	O procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexistência, quando for o caso, com o número do correspondente processo?	X		
13	O bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso?	X		
QUANTO À RECEITA, CONSTA(M): (Decreto nº 7.185/10)				
14	Previsão?	X		
15	Lançamento, quando for o caso?	X		
16	Arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários?	X		
	Resultado	X		
	Não = 0			Cumpre
	Não >= 1			Descumpre

Prints das telas consultadas :

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS) (d)	84.851.558,33	84.851.558,33	13.291.243,24	15,30%	34.581.666,85	39,58%
RECEITAS CORRENTES	76.049.353,21	76.049.353,21	13.291.243,24	17,48%	34.581.666,85	45,48%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	1.115.355,36	1.115.355,36	244.442,01	22,10%	1.042.744,11	93,44%
Impostos	1.088.152,36	1.088.152,36	241.659,20	22,21%	954.233,86	87,69%
Taxas	27.203,00	27.203,00	1.682,81	6,19%	18.890,86	69,44%
Contribuição de Melhoria	-	-	3.738,38	0,00%	89.243,39	0,00%
CONTRIBUIÇÕES	807.005,36	807.005,36	-	0,00%	-	0,00%
Contribuições Sociais	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Contribuições Econômicas	807.005,36	807.005,36	-	0,00%	-	0,00%
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Contribuição para o Cursivo do Serviço de Iluminação Pública	-	-	-	0,00%	-	0,00%
RECEITA PATRIMONIAL	404.749,46	404.749,46	8.833,55	2,18%	22.611,38	5,59%
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Valores Mobiliários	404.749,46	404.749,46	8.833,55	2,18%	22.611,38	5,59%
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, autorização ou Licitação	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Exploração do patrimônio intelectual	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Cessão de Direitos	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Dívidas Recursivas Patrimoniais	-	-	-	0,00%	-	0,00%
RECEITA AGRICOLA/PESQUEARIA	-	-	-	0,00%	-	0,00%
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	0,00%	-	0,00%
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Serviços Administrativos e Conexos Gerais	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Outros Serviços	-	-	-	0,00%	-	0,00%

portal.brejo.ma.gov.br:8002/Transparencia/

Escolha o Exercício: 2018
Escolha a Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO
Dados atualizados em: 15/08/2018

e-SIC PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Início Receitas Despesas Pessoal Planejamento Orçamentário Licitações e Contratos Prestação de Contas Terceiro Setor Transferências Convênios Patrimônio Acesso à Informação

Você está em: Início / Receitas / Arrecadação Orçamentária - Geral

Receitas Acumuladas - Exercício 2018

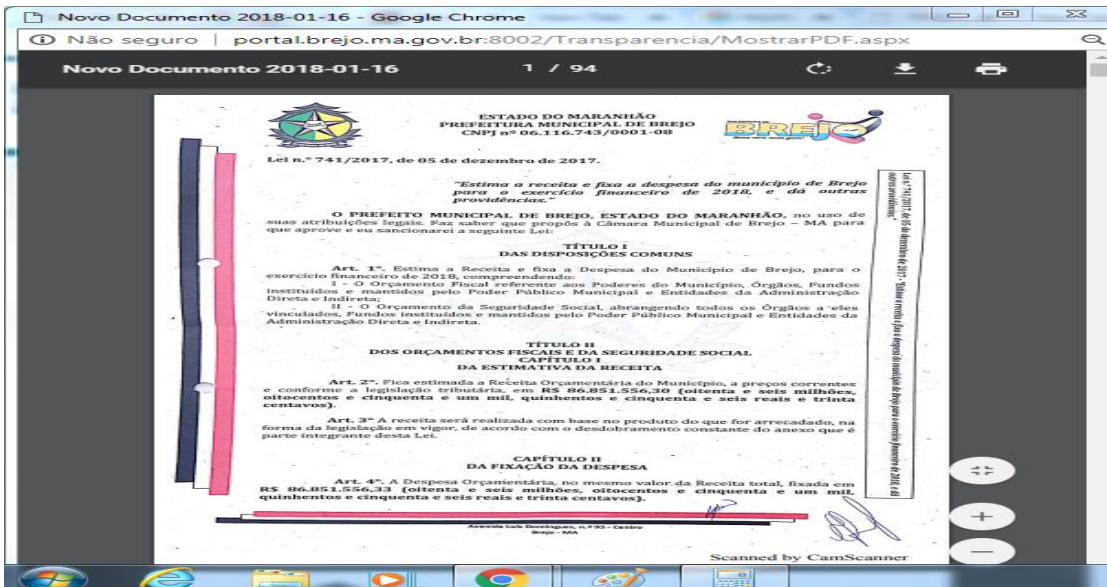
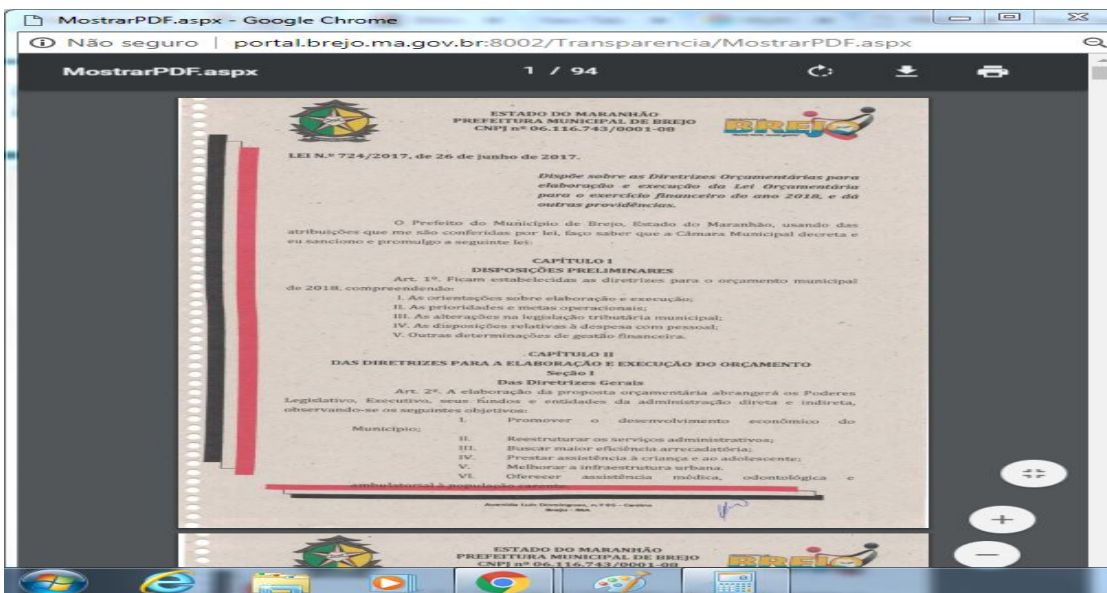
Data Inicial Pesquisa: 01/01/2018
Data Final da Pesquisa: 30/06/2018
 Mostrar Dados Consolidados considerando todas as entidades

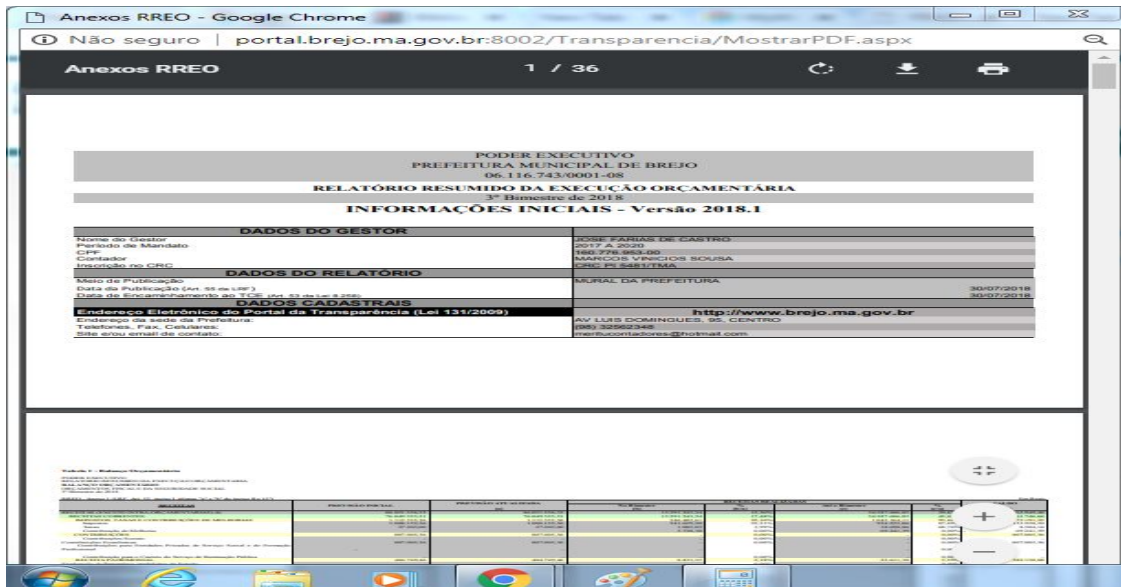
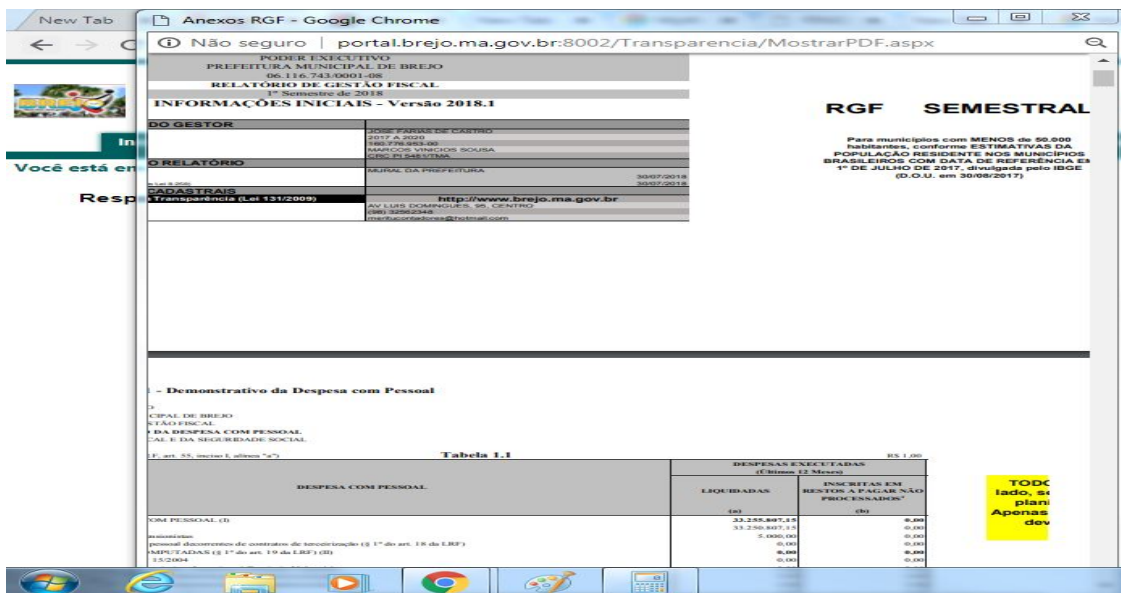
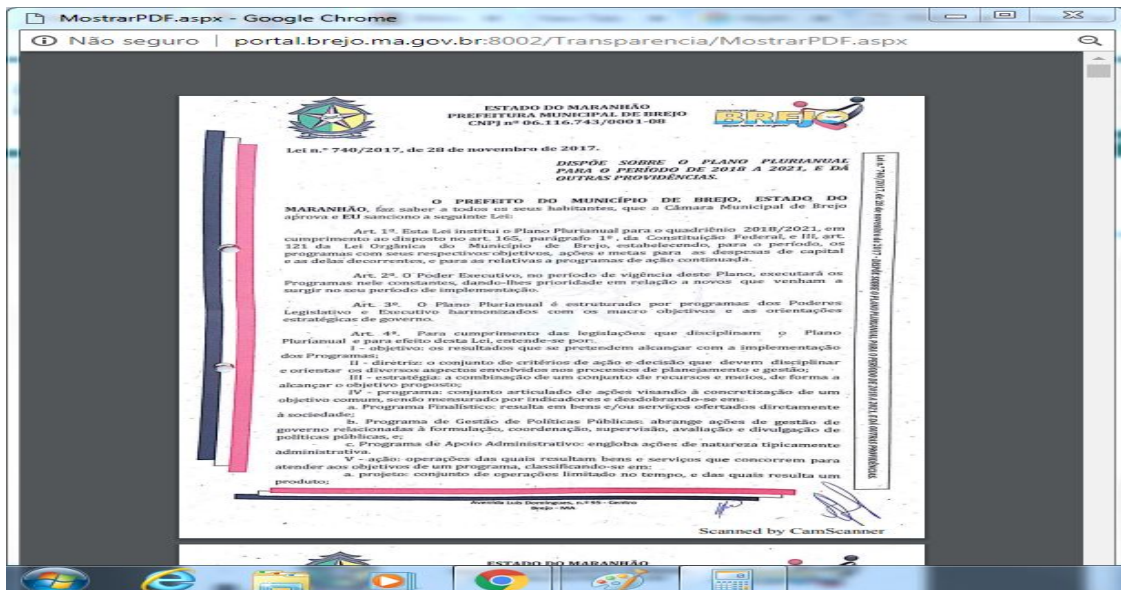
Exportar dados para: PDF CSV XLS

Clique nos links na coluna Especificação para maiores informações

Código	Especificação	Prev. Inicial	Prev. Atualizada	Arrec. Período	Arrec. Total
2418.10.1.00	TRANSF DE CONV DA UNIÃO PARA O SUS - PRINCIPAL	2.694.669.82	2.694.669.82	0.00	0.00
2418.10.2.1.00	TRANSF. CONV.DA UNIÃO DESTINADAS A PROG. EDUC-PRINCIPAL	2.729.500.00	2.729.500.00	0.00	0.00
2418.10.7.1.00	TRANSF. CONV. UNIÃO DEST.PROG. INFRA. EM TRANSF. - PRINCIPAL	1.961.000.00	1.961.000.00	0.00	0.00
2418.10.9.1.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO - PRINCIPAL	3.417.033.00	3.417.033.00	0.00	0.00
9000.00.0.0.00	(R) DEDUÇÕES DA RECEITA	-5.572.129.00	-5.572.129.00	-2.114.560.70	-2.114.560.70
9500.00.0.0.00	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	-5.572.129.00	-5.572.129.00	-2.114.560.70	-2.114.560.70
9510.00.0.0.00	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	-5.572.129.00	-5.572.129.00	-2.114.560.70	-2.114.560.70
9510.00.0.0.00	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	-5.572.129.00	-5.572.129.00	-2.114.560.70	-2.114.560.70
		86,851,556.33	86,851,556.33	34,587,606.85	34,587,606.85

Mostrando página 4 - Total de páginas - 4 - Total de linhas - 68 - Ordene os dados clicando no cabeçalho das colunas.







UNIDADE TÉCNICA DE CONTROLE EXTERNO - UTCEX 1
SUPERVISÃO DE CONTROLE EXTERNO - SUCEX2

Em síntese, constata-se que a Prefeitura de **BREJO CUMPRE** com as exigências de transparência previstas no art. 48, incisos II e III, c/c o art. 48-A da Lei Complementar nº 101/2000.

São Luís, 15 de Agosto de 2018.

Paulo Antonio Santos E Paraiba
TECNICO DE CONTROLE EXTERNO - SUCEX2

Jorge Ferreira Lobo
AUDITOR ESTADUAL DE CONTROLE EXTERNO - SUCEX2

Maria Irene Rabelo Pereira
Supervisor de Controle Externo - SUCEX2